

# NOTAS DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE FINANÇAS E POLÍTICA NA FORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA CAPITALISTA: OESTE PAULISTA, 1850-1880

Notes from the inter-relation between finances and  
politic on the formation of a new capitalist economy:  
Paulista West, 1850-1880

Artur José Renda Vitorino\*

## Resumo:

Este artigo procura contribuir para o entendimento de como na região Oeste Paulista foi engendrada uma nova economia concomitante à disputa política entre rentistas e produtores na segunda metade do século XIX

Palavras-Chave: História Regional, Império do Brasil, Economia, Política, Oeste Paulista-séc.XIX.

## Abstract:

This article looks up to contribute to the agreement on how the Paulista West region built up a new economy where they were having a political fight at the same time, in the second half on the 19 th century.

Key words: Regional History; Brazilian Empire, Economy, Politic, Paulista West-Nineteenth Century.

---

\* O autor é professor da Faculdade de História e pesquisador do Grupo de História Regional, CCH/PUC-Campinas, SP e da FESB/Bragança Paulista, SP.

## 1. O Objeto e seu Escopo

O projeto de pesquisa intitulado “Notas das inter-relações entre finanças e política na formação de uma economia capitalista: Oeste Paulista, 1850-1880”, busca expor historicamente os entrelaçamentos entre a política financeira adotada pelo governo central monarquista e o conseqüente desenvolvimento econômico da região denominada pela historiografia de “Oeste Paulista” durante as décadas de 1850 a 1880.

Conforme já salientou Queiroz, ao estabelecer uma conexão entre Abolição e República, faz-se necessário esclarecer quais eram os interesses político, econômico e administrativo entre as duas principais áreas cafeeicultoras localizadas na Província de São Paulo: o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista – bem como confirmar empiricamente, se essas duas regiões se identificavam e se representavam desta forma na Assembléia Provincial de São Paulo<sup>1</sup>.

De uma perspectiva econômica, notadamente exposta por Granziera, a cultura do algodão na Província de São Paulo nas décadas de 1860 e de 1870 e a Guerra do Paraguai (1864-1870) - atreladas à política monetária adotada pelo governo imperial - possibilitaram que o papel moeda, antes atrelado à economia mercantil, fosse revertido em capital dinheiro, que foi o limiar de uma economia capitalista no Brasil. Assim, na região Oeste Paulista, cujo epicentro foi a cidade de Campinas, a produção sobrepôs-se à circulação para os efeitos da acumulação, engendrando-se assim uma nova economia.<sup>2</sup>

Quanto à política monetária monitorada pela administração na Corte Imperial do Rio de Janeiro, e, com exceção do período da Guerra do Paraguai, ao longo do Segundo Reinado é possível distinguir que eram diametralmente opostas as políticas monetárias de Liberais e Conservadores quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda: enquanto aqueles tomavam medidas para descentralizar a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor exportador; esses procuravam

<sup>1</sup>Jonas Marçal de QUEIROZ, Da Senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). Campinas, Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1995, cap. I.

<sup>2</sup>Rui Guilherme GRANZIERA, A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.

segurar as rédeas da economia ao centralizar a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o Partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda mas aumentava os rendimentos dos exportadores. No entanto, ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o Partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.<sup>3</sup>

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro<sup>4</sup>, que os fazendeiros estivessem mais próximos do Partido Liberal do que do Conservador. Afinal os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.<sup>5</sup>

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o Partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela

<sup>3</sup>Artur J. R. VITORINO. Tributação, empreguismo e manufaturas na conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira (1850-1880), *Humanitas*, Campinas, 4(2): 57-90, ago./dez., 2001.

<sup>4</sup>Sigo, aqui, as hipóteses de trabalho lançadas por Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 8ª ed., 1988, cap. X, pp. 341-397. Como também do mesmo Autor, Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. Rio de Janeiro: Globo, 3ª ed., 1988, pp. 162.

<sup>5</sup>Sobre os princípios do Partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do Partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver Américo BRASILIENSE, *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. Primeira parte: exposição de princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Holanda Cavalcanti – “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder” – ver Ilmar Rohloff de MATTOS, *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1987. Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

*centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*,<sup>6</sup> o Estado monárquico precisava – aliás como qualquer Estado - de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo, agiam de forma diferenciada: o Partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do Partido Liberal que, com determinada linha orçamentária, tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais.<sup>7</sup>

Mas, que fique claro, essas considerações não significam dizer que o Partido Liberal, quando no comando do centro decisório do poder, estava lá com o precípua objetivo de governar em nome e para os senhores grandes proprietários rurais e para os empreendedores e comerciantes nacionais; e que, na outra margem, o Partido Conservador, quando no poder, seria o porta-voz e defenderia os interesses das grandes casas comerciais importadoras e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito.<sup>8</sup>

Mesmo que as medidas de extinção do tráfico e as leis abolicionistas tenham saído todas de gabinetes conservadores, a crônica política diária dos debates e resoluções realizados na Câmara, Senado, Conselho de Estado, dissoluções da Câmara, na subida e descida dos partidos do comando dos Gabinetes, revela-nos que é um exagero caracterizar o quadro institucional, o Estado, como instrumento da

<sup>6</sup>Um estudo de como foram bem diferentes os resultados na construção do Estado, da independência na América espanhola e América portuguesa, ver José Guilherme MERQUIOR, "Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina". In: John A. HALL (org.). Os Estados na história. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 386-421.

<sup>7</sup>Apesar de ter sido escrito no bojo da luta política, pois o partido Conservador estava governando o país desde 16 de julho de 1868, é imprescindível acompanhar o estudo político-financeiro realizado pelo paraense liberal e Conselheiro de estado Tito FRANCO D'ALMEIDA, A Grande política. Balanço do Império no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo político-financeiro. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1877.

<sup>8</sup>José Murilo de CARVALHO. A construção da ordem. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980, pp. 165-6, afirma que enquanto houvesse diferenças de interesse na composição dos partidos Liberal e Conservador, eram eles em comum formados por pessoas ligadas ao setor agrário: "(...) Os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltada para a exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, principalmente, Rio de Janeiro. Estes grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se disporem mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terras filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem ao nível nacional."

dominação ora dos senhores grandes proprietários rurais, ora dos senhores do grande comércio e dos financiadores.<sup>9</sup>

A partir do conhecimento empírico das políticas monetárias implementadas pela administração central (a Corte Imperial) e pela administração provincial de São Paulo, a fim de esclarecer se havia correlação entre o desenvolvimento econômico da região “Oeste Paulista” com tais políticas monetárias, este projeto desdobrou-se em dois segmentos. O primeiro procura responder, sobretudo, às seguintes indagações: a) no processo político do Segundo Reinado aconteceu uma maior influência do comércio e das finanças ao invés da influência da lavoura? Caso a resposta seja afirmativa, quais foram as implicações para a região do Oeste Paulista das decisões políticas e econômicas tomadas pela Corte? b) em que medida o Oeste Paulista ganhou força mercantil e financeira após a Guerra do Paraguai? c) estaria o consentimento da Lei dos Sexagenários inter-relacionado com a aprovação da Lei Hipotecária de 1885, que, por sua vez, permitiu o desligamento do Oeste Paulista cafeicultor da tutela dos bancos da Corte?

O segundo segmento, inter-relacionado ao primeiro, procurará responder às questões: a) foi uma opção, ou a produção agrícola exportadora do Oeste Paulista não conseguiu transformar o trabalhador livre nacional em proletários para serem explorados por ela como força de trabalho? b) se na Província de São Paulo a chave da questão do trabalho para as áreas mais dinâmicas da economia consistia, essencialmente, na substituição do braço escravo pelo livre, como ela se tornou possível financeiramente e viável social e economicamente na relação capital-trabalho? c) como a administração da Província de São Paulo reagiu em face das revoltas escravas e do movimento abolicionista? d) havia alguma correlação entre as revoltas escravas e os partidos políticos na Província de São Paulo? e) havia uma relação entre o abolicionismo e o republicanismo no Oeste Paulista?

---

<sup>9</sup>No livro *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais/IUPERJ, 1988, sobretudo no capítulo “A política da abolição: o rei contra os barões”, José Murilo de CARVALHO mostrou que a elite política frequentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo Gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da feroz oposição dos plantadores de café das três províncias-chave do Império: Rio, São Paulo e Minas. Para um acompanhamento, a partir de informações colhidas de um dos protagonistas da época, dos bastidores e negociações que envolveram a aprovação da Lei do Ventre Livre, ver Tobias BARRETO, *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913, “A lei de 28 de Setembro”, pp. 11-34.

## 2. A Reconversão do Capital dos Mercadores Negreiros e as Finanças

A importação de africanos para a América envolvia um vultoso capital e era um negócio muito lucrativo. No início da década de 1850, com o fim do comércio de “carnes humanas” no Atlântico Sul, a reciclagem do capital dos mercadores negreiros foi observada nos seguintes setores de reconversão na praça comercial do Rio de Janeiro, com as ocorrências: do aumento das importações na capital do Império e a transferência de moedas de ouro para o mercado brasileiro; dos investimentos nas sociedades anônimas fundadas no Rio a partir de 1850 - bancos, casas comerciais e empresas - que vão hipertrofiar especulativamente o mercado de ações e produzir o “encilhamento” de 1857 e a crise comercial de 1864; do financiamento creditício para o tráfico inter-regional de escravos do Norte para o Sul do Império; e da injeção de capitais em empresas que cartelizaram o mercado urbano alimentício.<sup>10</sup>

Com a cessação do tráfico transatlântico de africanos escravos, o capital negreiro antes engatado nesse negócio passou a irrigar o meio circulante (a moeda e o crédito), reforçando, assim, a economia de mercado já existente na Corte Imperial, mas a partir de agora com força para configurar nessa cidade uma economia urbana. Como expressões privilegiadas da economia mercantil, a moeda e o crédito foram participantes da criação de um mundo urbano essencialmente preparado para a mercantilização de mercadorias; enfim, um mundo sob o reinado da circulação. O setor produtivo presente no período (no campo, a produção agrícola; e na cidade, a produção manufatureira) era submetido às determinações da moeda e do crédito. Neste sistema econômico, então, a circulação comandava a produção.

Apesar do poder político dos fazendeiros, tanto no Partido Conservador como no Liberal, que alternaram nos Ministérios durante o

---

<sup>10</sup>Cf. 1º capítulo da minha tese de doutorado, *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas, Unicamp, 2002. “Nós dispomos” – escreveu Luiz Felipe de ALENCASTRO sobre as atividades dos mercadores negreiros após 1850 – “de poucos dados sobre a reciclagem de suas atividades depois de 1850, mas podemos distinguir quatro setores de reconversão: o comércio interno de mulas, principal meio de transporte no Brasil; os investimentos nas sociedades anônimas fundadas no Rio de Janeiro durante os anos de 1850; as transferências de capital para Portugal; a utilização de uma parte da frota negreira para o transporte de escravos a Cuba e para o transporte de imigrantes portugueses ao Rio.” Cf. “Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860”. In: Jeanne CHASE (org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987, pp. 131-147.

Império, os comerciantes, sobretudo depois da reconversão dos capitais dos mercadores negreiros para a Praça comercial do Rio de Janeiro, conseguiram converter a terra em mercadoria, e manter um controle sobre o crédito para a produção agrícola e sobre sua comercialização.

No médio prazo, os fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba, através dos financiadores da produção agrícola, sofreram funestos efeitos ao entrarem na festança do farto crédito presente na praça do Rio depois de 1850. Isto ocorreu porque depois da cessação do tráfico de africanos escravos, os lavradores situados no Sul do Império, isto é, o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, províncias que em maior escala cultivavam o café, a todo custo começaram a recorrer aos povoados e, principalmente, à migração dos escravos do Norte para o Sul para proverem dos escravos que careciam as suas lavouras.

Tal deslocamento de força de trabalho escrava do Norte para o Sul onerou tremendamente os cafeicultores, que para conseguirem crédito contraíram elevada dívida de hipoteca rural. Em um período em que os juros anuais bancários giravam em torno de 4,5 a 5%, os prêmios do dinheiro tomado sobre hipoteca computavam, termo médio anual, acima de 18%, havendo algumas hipotecas com juros de 2,5 a 5% ao mês.

Por não conseguir os seus empréstimos diretamente com os bancos, os pequenos e médios produtores agrícolas do Vale do Paraíba fluminense e paulista contraíram empréstimos com os comissários donos de capitais médios. Quanto aos grandes produtores agrícolas desta região, Sweigart calculou que pelo menos 1/6 de todos os sócios de firmas de corretagem do Rio de Janeiro eram fazendeiros de café do interior que diversificaram o seu capital, integrando-se ao alto comércio.<sup>11</sup>

Para que tornasse duradoura a relação estabelecida entre emprestador e devedor, um laço de recíproca *confiança* precisava ser estabelecido entre fazendeiro e comissário. Deste modo, não seria exagero afirmar que o casamento de negócios entre fazendeiro e comissário estava afiançado sobre a confiança que sentiam um pelo outro. Mas essa confiança apresentava um alto preço, revelando qual seria o destino dos fazendeiros presos às hipotecas e aos comissários: ambos estavam fadados a falir.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Joseph E. SWEIGART, *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888* (Tese de Ph.D. inédita), University of Texas at Austin, 1980, pp. 66-98.

<sup>12</sup> Convém esclarecer que a falência de comissários e fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense e paulista era fruto da relação entre pequenos e médios produtores agrícolas com os comissários donos de capitais médios. Cf. Marieta de MORAES FERREIRA, *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado), Niterói, UFF, 1977 (mimeo).

O casamento forçado entre fazendeiro e comissário foi arranjado e patrocinado pelo capital mercantil urbanizado, que, como presença onipotente e ao mesmo tempo sequioso pelos altos rendimentos assegurados através desse enlace entre lavoura e meio circulante, mostrava o quanto os senhores do crédito e do comércio dominavam a fazenda, o engenho e o latifúndio. E tal domínio centralizador foi monitorado pelo Partido Conservador durante a Conciliação. Conforme explicitou Mello, “o comissariado de café constituía assim um dos elos na cadeia que ia do fazendeiro ao comissário, aos bancos comerciais, ao Banco do Brasil, ao próprio Tesouro, numa palavra o sistema de centralização creditícia instaurado pela reforma Itaboraí, que gerara a mais poderosa coalização de interesses que conheceu o Segundo Reinado”.<sup>13</sup>

A par disso, esclareça-se, entretanto, que a expansão cafeeira continuou no Vale do Paraíba fluminense entre 1850 e 1881, com a incorporação de uma crescente escravaria.<sup>14</sup> Mas se as dificuldades econômicas dos anos cinqüenta e início dos sessenta pareciam atenuadas, a crise bancária de 10 de setembro de 1864 não limitou os seus funestos resultados à época em que se deu; pelo contrário, os seus efeitos fizeram-se sentir por muito tempo. Em meados da década de 1870, indagava-se, ainda para conjurar esta crise financeira, o que havia sido feito “no sentido de beneficiar a lavoura oprimida e acabrunhada por todas as formas?”

“Criou-se uma caixa hipotecária no Banco do Brasil com um fundo de 35:000.000\$000 reis, com o fim especial de auxiliar a lavoura, sendo contemplados de preferência os estabelecimentos agrícolas que já eram devedores ao Banco. Imobilizou-se esta grande soma improficuamente, porque, deixou-se a lavoura no mesmo círculo vicioso em que tinha girado até ali, com os mesmos defeitos e onerada com os mesmo encargos.

E a prova de nenhuma utilidade da criação da caixa hipotecária, é que, à proporção que as hipotecas se venciam, o Banco ia tomando conta das respectivas fazendas.

<sup>13</sup> Evaldo Cabral de MELLO. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª. Ed. revista, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 156.

<sup>14</sup> Robert W. SLENES, no artigo Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: Iraci del Nero da COSTA (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, pp. 103-151, mostrou a manutenção e o dinamismo econômico e, especialmente, da população escrava no Vale do Paraíba fluminense até 1880.

Sempre nos pareceu que não era mister mais esta prova, para justificar que a lavoura do Brasil, não pode suportar um juro de 10%, juro, e amortização de 5% pagos de seis em seis meses.”<sup>15</sup>

Os fazendeiros fluminenses ainda dispunham de acesso ao crédito no final da década de 1870, pois nesse período houve uma transformação das formas de financiamento da cafeicultura, com a expansão do crédito hipotecário e bancário até a década de 1880. Mas no ano de 1885, em meio às discussões ocorridas na Assembléia a partir da proposta do senador liberal de São Paulo, José Bonifácio, o Moço, para a reforma da lei hipotecária de 24 de setembro de 1864, era claro o estrangulamento financeiro dos fazendeiros que haviam se submetido ao crédito hipotecário realizado pelo Banco do Brasil. Conforme assegurava Alfredo d’Escravagnolle Taunay, diretor da Sociedade Central de Imigração, em ofício enviado ao presidente do Banco do Brasil, o conselheiro José Machado Coelho de Castro, naquele momento o Banco do Brasil era,

“o verdadeiro senhor das melhores fazendas das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo e Espírito Santo, servidas por vias férreas, luxuosamente construídas com bitola mais larga do que as mais ricas estradas desse gênero em França, Inglaterra e Estados Unidos.

Os devedores insolváveis são apenas prepostos tolerados pelo Banco, na sua conhecida, e, até certo ponto, obrigatória condescendência para com os grandes proprietários.

Em algumas fazendas, senão em muitas, já desapareceram até os donos, que as haviam hipotecado, substituídos por gerentes que prestam contas diretas aos delegados do Banco e podem ser considerados simples feitores de numerosas turmas de escravos.”<sup>16</sup>

<sup>15</sup> A situação commercial. *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(11) 30 nov. 1874, pp. 1.

<sup>16</sup> Banco do Brazil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1885, pp. 2.

O poder de ação política dos lavradores contrasta, e bastante, com a derrota deles pelo crédito real e agrícola. O primeiro ensaio, para isso, veio pela lei hipotecária de 24 de setembro de 1864, ampliada depois em 6 de novembro de 1875 e ratificada em 1879. Tal lei, para se fazer valer, necessitava da decretação do banco de crédito real, cuja base era a importação de capitais estrangeiros com a garantia subsidiária do Estado, a qual seria concedida mediante um depósito no Tesouro, em apólices, de vinte mil contos de réis, além da intervenção do governo na administração superior do estabelecimento. Os legisladores de 1875, como os de 1879, “declararam a impossibilidade de organizar-se sobre outras bases, nas condições atuais do país, o necessário crédito da lavoura reconhecendo a calamidade do alvitre de novas e fabulosas emissões de curso forçado com esse destino, assim como a falta de capitais nacionais que se empregassem a baixo juro na nossa lavoura” – escrevia em 1881 Francisco de Paula Mayrink.<sup>17</sup>

Apesar de em 1884 o Banco do Brasil ter parado de conceder hipotecas garantidas por escravos - um golpe mortal para os agricultores escravistas ligados à economia de exportação - um ano depois, no calor da discussão da reforma da lei hipotecária de 1864, o *Jornal do Commercio* publicava a seguinte sugestão: “Corte o Banco do Brasil o *nó gordium*, liberte já todos os escravos que lhe estão hipotecados, e empreste aos fazendeiros as somas necessárias para as passagens de 50 colonos para cada fazenda. Os fazendeiros que estão desempenhados libertarão seus escravos, e estará abolida a escravidão no Brasil.”<sup>18</sup> Ao que tudo indica, a Lei Hipotecária de 1885 deve ser lida à luz da aprovação da Lei dos Sexagenários e do desenhencilhar do Oeste Paulista cafeicultor da tutela dos bancos da Corte.

Em suma, constata-se que, formada como força centrípeta, a economia urbana da Corte Imperial tornou-se uma espécie de esponja que absorvia e fazia drenar para si grande parte dos rendimentos brasileiros do período. E isto ocorria porque lá foram estabelecidos mecanismos capazes de ajustar a economia mercantil escravista cafeeira nacional<sup>19</sup> à

<sup>17</sup> F. de P. MAYRINK. *O cambio-a produção-o governo*. Rio de Janeiro: Typographia do Cruzeiro, 1881, pp. 40.

<sup>18</sup> *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07/09/1885, p.4.

<sup>19</sup> Para João Manuel Cardoso de MELLO em *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed., Campinas: Unicamp/IE, 1998, a economia nacional cafeeira escravagista caminhou inexoravelmente para a inviabilidade histórica. Já para João FRAGOSO e Maria Fernanda Martins, a elite socioeconômica do Rio de Janeiro sobreviveu às turbulências da abolição iminente através de novas práticas no campo financeiro. Estes novos empresários aliaram-se à elite política do império, em um ambiente em que o Estado teve um papel decisivo para o bom funcionamento da vida econômica. Cf. João FRAGOSO e Maria Fernanda MARTINS, *Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas de escravidão – 1850-1880*. In: Manolo FLORENTINO & Cacilda MACHADO (Org.). *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, pp. 143-164.

sua razão de ser, mecanismos de transferência do excedente produzido pela agricultura de exportação que permitissem: 1) a contínua estruturação da economia exportadora cafeeira nacional através da comercialização da sua produção *no* mercado urbano; 2) a criação de mercado de consumo corrente de produtos estrangeiros e nacionais e do escoamento de lá para as zonas interioranas de bens de consumo corrente estrangeiros; 3) que o lucro gerado na agricultura de exportação fosse apropriado quase integralmente pelos bancos e casas comerciais instaladas na Corte.

### 3. A política e os três fatores de produção

Na segunda metade do século XIX, diante dos três fatores da produção – o trabalho, o capital e a terra – este último estava estruturalmente inter-relacionado com o primeiro, pois sem o fator trabalho (nesse momento histórico, trabalho compulsório) a terra não possuía nenhum valor. A propriedade da terra em si nada valia, pois ela somente passava a ser fator de produção se, e somente se, nela existisse o fator trabalho para lhe atribuir valor. Já a renda da terra só passaria a ocorrer quando o outro fator de produção – o capital – financiasse a montagem da economia agrícola. Está, portanto, estabelecido o mecanismo cuja gênese, dinâmica e direção é determinada pelo capital mercantil, porque não só a mobilização dos recursos produtivos, mas também toda a economia agrícola (sobretudo a exportadora) adquiriu um caráter intrinsecamente mercantil.

Nesse período, o capital produtivo, sobretudo agrícola, estava no palco do país para representar a pujança do capital mercantil urbanizado. Atado ao leito de Procusto do capital mercantil urbanizado, o setor produtivo rural podia no máximo gritar contra a situação na qual se encontrava, mas era claro que este setor estava preso à dinâmica de retração ou de expansão imposta ou permitida pelo capital mercantil urbanizado. Assim, se antes a sua expansão era garantida pela ampla liberdade do crédito, depois ocorreria a retração diante dos juros e amortizações dos empréstimos contraídos e até a ruína diante da obrigação do desembolso em curto prazo.

Os agricultores dificilmente encontravam as somas necessárias para o custeio de suas fazendas e para a aquisição de instrumentos, máquinas e o que mais era de importância para seu melhoramento. Eles somente as podiam adquirir com sacrifícios enormes, pois, em algumas províncias, os contratos eram convencionadamente realizados sob juros muito mais altos que os cobrados pelos bancos.

Reportando-se ao fator trabalho na região cafeeicultora do Oeste Paulista após o fim do tráfico transatlântico de escravos africanos, a fim de não travar o processo produtivo nas fazendas em franca expansão - pois ele se mostrou incapaz de incorporar imediatamente o negro liberto, o índio e o sertanejo brasileiro – proletarizaram os imigrantes “que já haviam sofrido o processo de perda de suas posses em seus próprios países. O Brasil participava ativamente das condições postas pelo mercado de trabalho mundial”, conforme salientou Martins.<sup>20</sup> Ou seja, na impossibilidade de gerar internamente o expropriado numa fronteira aberta, o proletário deveria vir historicamente pronto dos países que já haviam realizado o seu *enclosure*. Tais países, por não conseguirem absorver a mão-de-obra pobre e miserável que ela mesma gerara, passou a exportá-la para além de suas fronteiras. Esta foi a mão-de-obra exportada para o Brasil.

Depois de 1850, manter-se acoplado ao sistema capitalista significou conservar a herança colonial – escravismo e latifúndio – procurar absorver a população imigrante já expropriada em seu país de origem e constituir um mercado interno sob a égide do capital mercantil urbanizado, que, aliado à divisão internacional do trabalho, nos direcionou a ser um país exportador de *commodities* e importador de bens manufaturados e de consumo geral.

Convém, no entanto, ponderar, com Eisenberg, que o trabalhador livre nacional teve grande peso demográfico e participou de diversas maneiras na agricultura de exportação, num período bem anterior ao da abolição da escravidão.<sup>21</sup> Outrossim, esclarecer que a organização social

<sup>20</sup> Maria Stela Bresciani MARTINS. *Liberalismo: ideologia e controle social*. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910 (Tese de doutoramento), USP, 1978, vol. II, p. 317 e seguintes.

<sup>21</sup> Peter L. EISENBERG. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - Sugestão para uma pesquisa, *Anais do Museu Paulista*, 28 (1977/78): 153-73. Incluído depois no livro póstumo *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, 394 p. (cit. pp. 236-7.) Sobre esse “homem esquecido”, em um estudo que tomou como fonte primária um material coletado por Eisenberg, ver Valter MARTINS. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*. Curitiba: UFPR, 1995. (mimeo). Para o período subsequente, ver Denise Aparecida Soares de MOURA. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicação CMU/ UNICAMP, 1998.

e econômica formada por dependentes, escravos, “vadios”, camaradas e proprietários, era diferente da situação dos trabalhadores assalariados urbanos, apesar de estes também agirem dentro das condições geradas pela escravidão no século XIX.

Paralelamente, e salvo engano, precisa ser explicado como na Província de São Paulo os agricultores escaparam dos mecanismos de reprodução do capital mercantil e financeiro, que fazia drenar os seus rendimentos para os bancos instalados na praça comercial do Rio de Janeiro. Afinal, eram os bancos da Corte que absorviam os lucros dos fazendeiros através de créditos concedidos pelos bancos aos comissários que os repassavam a juros ainda mais elevados para os fazendeiros. Deste modo, interrogar como os cafeicultores da Província de São Paulo conseguiram escapar da tutela exercida pela Corte, em que somente o Banco do Brasil lá instalado tinha prerrogativa para a emissão fiduciária de meio circulante e, assim, da geração de crédito barato.

Em outras palavras, investigar como os cafeicultores se desvencilharam dos financistas e das casas bancárias ligadas aos grupos de interesse político que cercavam a corte imperial do Rio de Janeiro, e transformou esses paulistas em novos donos da liquidez nacional e os possibilitou a realização de crédito barato com capacidade para irrigar a economia nacional; além de os permitir financiar, a créditos baratos para a agricultura, a reprodução da força de trabalho por meio da formação de um mercado de mão-de-obra livre com braços trazidos de fora do Brasil. Compreender, deste modo, que para a região Oeste Paulista tornar-se republicana, abolicionista e imigrantista, primeiramente ela necessitou tornar-se independente economicamente dos vínculos financeiros que submetiam os seus produtores agrícolas ao círculo de ferro político-financeiro instalado na Corte Imperial e forjado pelo Partido Conservador desde a década de 1840.

#### **4. À Guisa de Síntese e de Outras Questões**

Neste trabalho, buscou-se argumentar que, ao contrário do que supõe parte da historiografia, o fazendeiro de café apresentava uma

dependência diante do processo de circulação controlado pelos financiadores da produção – bancos, casas comerciais e comissários. Deste modo, havia um domínio do capital mercantil na economia cafeeira, em que a cidade controlava e drenava o lucro do campo para ela.<sup>22</sup>

Tal como propusemos, com a abolição do comércio negreiro internacional, o capital da cáfila de negreiros foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário monitorado pelo Partido Conservador. A inversão do capital dos mercadores negreiros para a capital do Império foi o fator preponderante que catalizou o maior centro financeiro e comercial do país, configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos.

Dentre as características dessa *economia urbana mercantil* da Corte depois de 1850, estava a subordinação da economia agrícola exportadora do Vale do Paraíba fluminense a ela, ou seja, os senhores de terra eram dependentes do crédito e da moeda alocados na cidade. Tal mecanismo fez drenar grande parte dos excedentes da exportação agrícola para os comissários e banqueiros instalados no Rio de Janeiro. Num lance político realizado pelo Partido Conservador, a exígua economia monetária brasileira foi garroteada por um mecanismo *centralizador* que fazia com que todos os rendimentos monetizados fossem remetidos para a Corte. Os comerciantes desta cidade, aliados à tradição mercantilista, financiaram e ganharam com a importação dos mais diversos produtos, fazendo do Rio um centro importador e consumista.

As amarras do sistema bancário ao desenvolvimento econômico não foram somente uma consequência lógica da dinâmica do capital mercantil, mas foi também o resultado do mecanismo político instituído pelo Partido Conservador. A política monetária e fiscal implementada pelos conservadores fez com que todo o ritmo de acumulação dependesse das institucionalizações estatais, subordinando a agricultura exportadora, atravancando o desenvolvimento manufatureiro e drenando os lucros monetizados da acumulação produtiva mais dinâmica do país para a capital do Império. A Corte, constituindo-se no epicentro da economia nacional, vai absorver os lucros produtivos através do sistema bancário

---

<sup>22</sup> Este parágrafo e os próximos quatro são conclusões que foram sintetizadas a partir de minha tese de doutoramento. Cf. *Cercamento à Brasileira* ..., op. cit.

e de crédito. Este sistema, por sua vez, retroalimentou, através dos comissários, a produção agrícola exportadora e tonificou a importação de bens de consumo.

Para manter essa dominação, os Conservadores adotavam uma política monetária e de crédito que restringiam o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um lado, o apoio dos votantes e eleitores aos Conservadores significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como o mercado interno estava preso aos interesses do capital mercantil, ele não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico.<sup>23</sup>

Ao seguir o espírito da Constituição do Império, a qual dava, de forma exclusiva, à Assembléia geral a atribuição de fixar anualmente a despesa pública, e de repartir as contribuições (conforme o art. 15 § X), e muito mais ainda quando tornava privativa da Câmara dos Deputados a iniciativa sobre impostos (de acordo com o art. 36, I), pois sem estes nenhum serviço seria possível, representantes do Partido Liberal deixavam registrados que a Guerra do Paraguai (1864-1870) havia sido mais um, dentre outros pretextos utilizados pelos Conservadores, para, através da administração financeira, produzir *déficits* a fim de valer-se politicamente do crescimento da burocracia, o que transformou a maior parte das repartições públicas “em verdadeiras casas de *socorro*, em que à título de serviços *negativos*, a clientela administrativa e afilhadagem política procuram tornar-se *pensionistas* do estado”, protestava Tito Franco de Almeida.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Richard GRAHAM. *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 e Peter EISENBERG. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 235 e segs. estudaram o processo modernizador em seus aspectos econômicos, discutindo até que ponto a modernização efetivamente ocorreu, ou se não ultrapassou os limites (como no caso dos engenhos centrais nordestinos estudados por Eisenberg) de uma “modernização sem mudanças”, conservadora. Também, sobre como as idéias de três intelectuais (Rebouças, Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay) influenciaram nas reformas éticas e morais do país, embora cada um deles defendesse um ponto de vista distinto – Rebouças, motivado pelas mudanças nos Estados Unidos, defendia reformas “americanas”; Nabuco, “inglesas” e Taunay “francesas”, ver Maria Alice Rezende de CARVALHO. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998, 256 p. Ainda sobre se haveria um processo modernizador geral que acabaria vencendo todos os arcaísmos no Brasil, a análise de Richard GRAHAM. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, 542 p., sobre a perenidade da patronagem brasileira desde o Império configura uma negativa categórica da teoria da modernização.

<sup>24</sup> Tito FRANCO D'ALMEIDA, *op. cit.*, p. 173. Este político liberal paraense ganhou projeção na Corte Imperial quando sae sua lavra, em 1867, o livro intitulado *Biografia do Conselheiro Francisco Furtado*, cujos argumentos foram lidos, com lápis na mão e devidamente anotados por D. Pedro II. O exemplar da *Biografia do Conselheiro Francisco Furtado* que pertenceu a D. Pedro II encontra-se na biblioteca do Instituto Histórico do Rio de Janeiro. Salvo engano, a coleção Brasileira, vol. 245, foi a última reimpressão desta obra.

No entanto, a decretação do curso forçado e o financiamento da Guerra do Paraguai através do aumento da dívida pública interna, com a emissão pela ordem pública de apólices incrementa o desenvolvimento do mercado interno. Com isso, assegura-nos Granziera, haverá um fracionamento de uma economia antes dominada pelo capital comercial em duas economias: a comercial, no Rio de Janeiro, e a capitalista, em São Paulo.<sup>25</sup>

Como o crédito e o sistema bancário eram meios que reforçavam a dominação do capital mercantil na economia cafeeira, faz-se necessário reconstituir empiricamente o desenvolvimento das formas de crédito em São Paulo nesse período, perguntando quem concede e quem solicita empréstimos, quais são as instituições que o realizam, sob que formas, como surgem os bancos e como sofrem mudanças ao longo do tempo.<sup>26</sup>

E como a elite financeira tinha contatos íntimos e próximos com a elite política através do Banco do Brasil e outras instituições, acompanhar as relações deste banco como o governo torna-se importante para entender a política de crédito empreendida e suas conseqüências para a produção<sup>27</sup>. Conforme postulamos, a configuração politicamente independente da região Oeste Paulista foi conseguida e realizada a partir de sua autonomia financeira, livre das amarras erigidas pelos Conservadores que enlaçavam todas as províncias, à mercê da Corte.

## 5. Fontes

### 5.1. Fontes Primárias

#### Jornais

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07/09/1885, p.4.

“Banco do Brazil”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 ago. 1885, p. 2.

<sup>25</sup> Rui Guilherme GRANZIERA, op. cit., p. 99 e segs.

<sup>26</sup> Estas questões, que foram formuladas por Flávio Azevedo Marques Saes, ele procura respondê-las para o caso de São Paulo, sobretudo para depois do fim da escravidão até 1930. Ver: Flávio Azevedo Marques SAES. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)* São Paulo: USP, 1983 (Tese de Livre-Docência), (mimeo).

<sup>27</sup> João FRAGOSO e Maria Fernanda MARTINS, op. cit., pp. 153-61.

## Revistas

“A situação commercial”, *Revista da Associação dos Guarda-Livros*. Rio de Janeiro, 1(11) 30 nov. 1874, p.1.

## Livros

BARRETO, Tobias, *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro/São Paulo/Bello Horizonte: Francisco Alves & Cia.; Paris/Lisboa: Aillaud, Alves & Cia., 1913.

BRASILIENSE, Américo *Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio. Primeira parte: exposição de princípios*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

FRANCO D'ALMEIDA, Tito. *A Grande política. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artistico, 1877.

MAYRINK, Francisco de Paula. *O cambio-a produção – o governo*. Rio de Janeiro: Typographia do-Cruzeiro, 1881.

## 5.2. Fontes Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860. In: Jeanne CHASE (org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987, pp. 131-147.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, Rio de Janeiro, IPERJ, 1988.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1998.

EISENBERG, Peter Louis. O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX - Sugestão para uma pesquisa, *Anais do Museu Paulista*, 28 (1977/78): 153-73.

\_\_\_\_\_. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

\_\_\_\_\_. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

- 
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- FRAGOSO, João e MARTINS, Maria Fernanda. Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas de escravidão – 1850-1880. In: Manolo FLORENTINO & Cacilda MACHADO (Org.), *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- GRAHAM, Richard *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.
- MARTINS, Maria Stela Bresciani. *Liberalismo: ideologia e controle social. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910*. (Tese de doutoramento), São Paulo: USP, 1978.
- MARTINS, Valter, *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*, Curitiba: UFPR, 1995.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/ INL, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª. Ed. revista, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed., Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- MERQUIOR, José Guilherme, Padrões de construção do Estado no Brasil e na Argentina. In: John A. HALL (org.), *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 386-421.
- MORAES FERREIRA, Marieta de. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, (Dissertação de Mestrado), 1977 (mimeo).
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.
- QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da Senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889)*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1995.
- SAES, Flávio Azevedo Marques. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)*. São Paulo: USP (Tese de Livre-Docência), 1983.

- SLENES, Robert W., Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: Iraci del Nero da COSTA (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SWEIGART, Joseph E. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. (Tese de Ph.D., inédita), University of Texas at Austin, 1980.
- VITORINO, Artur José Renda, Tributação, empreguismo e manufaturas na conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira (1850-1880), *Humanitas*, Campinas, 4(2): 57-90, ago./dez., 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado), 2002.